BITCOIN E SEUS EFEITOS JURÍDICOS : UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O ASPECTO TRIBUTÁRIO

Bruno Melo Borges¹

Orientador: Luiz Alberto Teixeira²

RESUMO: Criptomoedas, são moedas digitais, que utilizam de criptografia, códigos difíceis de serem quebrados, o que proporciona transações muito mais seguras. A sua negociação é feita pela internet, livre de burocracia e intermediação. Com isso não possuem nenhum tipo de banco ou sistema monetário que as regulamentam, fator este que facilita as operações. A negociação da moeda Bitcoin é de extrema relevância para o judiciário brasileiro, pois interfere diretamente no âmbito tributário, econômico, empresarial, penal e cível e, ainda, pode afetar questões referentes à moeda oficial. A produção do artigo, foi embasada no modelo argumentativo, utilizou-se do raciocínio indutivo-dedutivo e se desenvolveu pelo modelo de análise exploratória de alguns artigos sobre o tema.

Palavras-chave: Bitcoin; efeitos; jurídicos; criptomoedas.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a maneira de efetuar os pagamentos, apresenta várias mudanças, como exemplo, utiliza-se no tempo atual, o Smartphone para se efetuar um pagamento, uma transferência e até compra de algo.

No passado, antes para se efetuar uma troca, antes de existirem as moedas, utilizava-se da Permuta (troca), a pessoa utilizava –se a troca de produtos.

Depois, vieram as Barras de metais, onde o ser humano passou a dar valor a esses minérios e usá-los para a troca de produtos. Após, veio o dinheiro de Papel, logo o cartão de

¹ Discente do 10º período do Curso de Direito da Libertas Faculdades Integradas.

² Mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto UNAERP Professor de no Curso de Direito da Libertas Faculdades Integradas.

crédito, após o Smartphone e já se está vivendo o momento das Criptomoedas, como meio de pagamento e troca por produtos.

A moeda sempre representou um papel importante na esfera pública e jurídica, pois é em grande parte, a responsável pelo sucesso individual, empresarial e público.

As Criptomoedas, utilizam de tecnologia e cabe ressaltar sobre a mesma. No ordenamento jurídico, a Lei 10.406 de 2002 do Código Civil, faz jus às transações eletrônicas, feitas por rede mundial de computadores e as criptomoedas utilizam em grande escala da mesma.

O Bitcoin foi introduzido ao mercado, no ano de 2008, criado pelo Pseudônimo Satoshi Nakamoto, possuindo como principal característica uma moeda descentralizada, onde tira o poder dos Bancos e dos governos da moeda, por ter um sistema baseado em criptografia e, ainda, ter baixo custo e proporcionar celeridade se comparada às transações realizadas pela via tradicional.

A negociação da moeda Bitcoin é de extrema relevância para o judiciário brasileiro, pois interfere diretamente no âmbito tributário, econômico, empresarial, penal e cível e, ainda, pode afetar questões referentes à moeda oficial.

2. ANÁLISE DA CRIPTOMOEDA

Bitcoin é uma moeda totalmente virtual e descentralizada, que não se faz necessário a figura de um emissor central, pois ela é mantida pela própria rede da qual faz parte.

De acordo com o dicionário Oxford, Bitcoin é um “tipo de moeda digital na qual técnicas de criptografia são usadas para regular a geração de unidades de moeda e verificar a transferência de fundos, operando independentemente de um banco central” (OXFORD, 2015)

Segundo Fernando Ulrich (2014, p. 17). “Bitcoin é uma moeda digital peer-to-peer, de código aberto, que não de uma autoridade central, sendo chamado também de P2P”.

Cabe ressaltar que a técnica P2P, é utilizada quando uma parte compra ou vende a Criptomoeda para um terceiro, sem utilização de intermediador.

O Bitcoin utiliza a criptografia e a distribuição de banco de dados por meio de uma rede peer-to-peer.

Criptografia é o conjunto de técnicas empregadas para cifrar mensagens, as quais são decifradas por meio de uma chave.

No Bitcoin, a criptografia serve justamente para que os Bitcoins sejam transferidos de forma segura e autêntica.

A aplicação da rede peer-to-peer no Bitcoin é justamente eliminar a necessidade de um servidor central, ou seja, um intermediário que verifique e processe as transações. No Bitcoin, é a própria rede de usuários que realiza este processo.

De tal modo, pode-se definir o Bitcoin como um sistema monetário totalmente virtual, onde as pessoas transacionam bens e serviços, fazendo transferências pela internet e sem intermediação de terceiros, como instituições financeiras.

O Blockchain (sistema onde fica armazenado as Criptomoedas, sendo considerado o sistema mais seguro de armazenamento de dados), é o domínio pelo qual o usuário pode verificar as transações ali realizadas para averiguar a respectiva autenticidade da criptomoeda.

3. BITCOIN NO BRASIL E NO MUNDO

A utilização desta Criptomoeda vem crescendo em grande escala, desde a sua criação, chamando a atenção dos Estados no que se diz respeito a viabilidade de sua tributação.

Este mercado se tornou multibilionário e o crescente uso do Bitcoin entre pessoas de todo o mundo, as principais empresas dos setores financeiro, de tecnologia e de meios de pagamento vêm investindo no desenvolvimento do sistema.

Independente de interesses singulares, este mercado, já está se adaptando a esta nova tecnologia.

Os grandes bancos, como exemplo, também estão se aproximando desta tecnologia. Um dos maiores bancos de investimento do mundo, o Goldman Sachs, investiu U\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) em uma empresa chamada Circle, que oferece serviços de aprimoramento em meios de pagamento com Bitcoin (BLOOMBERG, 2015).

No Brasil, o impacto do Bitcoin não é diferente. Já existem estabelecimentos que aceitam como forma de pagamento, o Bitcoin e outras criptomoedas, estabelecimentos como: Barbearias, Supermercados, Postos de Combustíveis, Imobiliárias.

De tal modo, o Bitcoin se tornou um fenômeno global de repercussão social e econômica, podendo proceder à análise das implicações jurídicas do uso da moeda virtual.

4. NATUREZA JURÍDICA DO BITCOIN

Para se analisar o Bitcoin à luz do Direito, é imprescindível citar as definições das naturezas jurídicas, tanto da moeda virtual, quanto dos negócios praticados com esta, sobretudo uma das mais usuais: a aquisição de Bitcoin e a aquisição de bens com Bitcoin.

O vocábulo “Blockchain” se refere ao sistema monetário virtual, enquanto “Bitcoin” significa a unidade da moeda. A análise da natureza jurídica será feita com base na unidade da moeda.

A criptomoeda Bitcoin pode ser confundido com outros 3 gêneros: moeda corrente, moeda eletrônica e valor mobiliário.

Será feita a análise comparativa com estes temas, a fim de revelar a natureza jurídica da moeda virtual.

4.1 NATUREZA JURÍDICA DO BITCOIN ENQUANTO UNIDADE DE MOEDA VIRTUAL

4.1.1 BITCOIN X MOEDA CORRENTE

A Constituição Federal de 1988 possui disposições específicas quanto à emissão da moeda, no art. 21, VII, estabelecendo a competência exclusiva da União para emitir moedas, como para legislar sobre o sistema monetário:

Art. 21. Compete à União:

VII - emitir moeda;

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

No art. 164, caput, reitera a competência da união, destacando que será exercida através do Banco Central e de forma exclusiva:

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

§ 1º É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

De tal modo, cabe à União, através da Instituição Financeira incumbida no papel de Banco Central, a competência de emitir moedas. Conclui-se que o Bitcoin, por não ser emitido pelo Banco Central do Brasil sob a autorização da União, não é moeda para fins legais.

Seguindo a tendência mundial, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece que a moeda só o é por força de lei. É o que a doutrina chama de curso forçado (ou curso legal).

Segundo Caio Mário (GONÇALVES, C.R. 2012, p. 273), “Moeda do curso forçado, portanto, é a única admitida pela lei como meio de pagamento no País”.

A Lei que estabelece qual a moeda permitida no Brasil, é a Lei 9.069 de 29 de Junho de 1995, que estabelece em seu art. 1, que:

“A partir de 1º de Julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário passa a ser o Real, que terá o curso legal em todo o território nacional”.

No Direito Contratual, a condição de moeda ou não, altera significativamente o negócio jurídico praticado, como exemplo, a aquisição de bem com dinheiro é caracterizado como compra e venda. Porém, se a aquisição for feita com um outro bem, é permuta.

O curso legal regulamenta os direitos obrigacionais, na medida em que o art. 315 do Código Civil estabelece que: “As dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal, salvo o disposto nos artigos subsequentes”.

O referido artigo, estabelece que, salvo disposição em contrário, o pagamento em moeda corrente libera o devedor. De tal modo, o credor não é obrigado a aceitar qualquer forma de pagamento.

Com o Decreto de nº 23.501 de 27 de Novembro de 1933 e o fim da liberação da obrigação com o pagamento em moeda estrangeira, ficou claro para todas as partes contratantes que no país (Brasil) existe um meio de pagamento universal, a moeda nacional.

A única forma do Bitcoin ser reconhecido como moeda no Brasil é através de uma profunda reforma legislativa, que dê a criptomoeda o caráter de curso legal.

Assim, o Bitcoin pode ser tratado como moeda para a Economia, mas não para fins de Direito., mas sim seus efeitos podem ser considerados para fins de Direito.

4.1.2 BITCOIN X MOEDA ELETRÔNICA

Bitcoin se difere da moeda eletrônica, que é a moeda que possui representação de valores em reais em um sistema de pagamento eletrônico, ou seja, a pessoa compra “créditos” equivalentes em moeda corrente para realizar pagamentos dentro de um sistema eletrônico.

A moeda eletrônica é muito utilizada no e-commerce.

Balduccini define:

“São recursos utilizados para realização de operações econômicas com poder liberatório por meio de sistemas eletrônicos, sendo que, em virtude desses recursos serem nominados em moeda nacional, apresentam curso legal.” (BLADUCCINI, 2015, p. 5)

A Lei 12.865 de 9 de outubro de 2013, trouxe a definição legal moeda eletrônica em seu art. 6º, inciso VI como “recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento”.

Segundo o Banco Central, moeda virtual, não é moeda eletrônica, pois se diferem por dois aspectos. Primeiro, as moedas virtuais não são emitidas e não possuem garantia por autoridade monetária. Segundo, não há garantia de conversão para moeda corrente, ficando os usuários na dependência de cotações feitas por terceiros, não providos de oficialidade.

De tal modo, o Bitcoin não pode ser classificado como moeda eletrônica, e, como consequência, não está sujeito ao crivo de regulamentação por parte do Banco Central e da Lei 12.865 de 9 de Outubro de 2013.

4.1.3 BITCOIN X VALORES MOBILIÁRIOS

O art. 2º da Lei 6.385 de 7 de Dezembro de 1976 traz os seguintes valores mobiliários:

Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - as ações, debêntures e bônus de subscrição; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

III - os certificados de depósito de valores mobiliários; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

IV - as cédulas de debêntures; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

V - as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

VI - as notas comerciais; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Como o Bitcoin não é título ou contrato público ofertado publicamente, e sobretudo regulamentado em lei, não pode ser classificado como valor mobiliário.

5. NATUREZA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS REALIZADOS COM BITCOIN

5.1 AQUISIÇÃO DE BITCOINS COM DINHEIRO

São duas as operações mais realizadas com Bitcoins: a aquisição da moeda virtual com dinheiro e o uso dessa moeda para adquirir bens.

Atualmente, a maior corretora Brasileira de criptomoedas, é o Mercado Bitcoin, possuindo mais de 100 mil clientes. Os clientes adquirem os Bitcoins por meio da corretora, que faz intermediação entre os compradores e os vendedores.

Com a posse da moeda virtual, essas pessoas podem realizar inúmeras operações, sendo a mais comum: adquirir bens nas diversas lojas que existem no país, inclusive até com descontos especiais por se pagar em criptomoeda.

Pode-se criar uma situação hipotética onde Fábio adquire Bitcoins de Joana através de uma corretora, para, em seguida poder, adquirir bens na loja de João, existindo assim, duas operações diferentes. A primeira, a aquisição de Bitcoins com dinheiro entre Fábio e Joana. A segunda, aquisição de bens com Bitcoins entre João e Pedro.

Quando Joana aliena um bem para Fábio, que realiza o pagamento em dinheiro, o negócio jurídico realizado é um contrato de compra e venda.

Contrato de compra e venda é previsto no art. 481 do CC, que define:

Art. 481. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

Em relação aos bens que podem ser objetos do contrato, Carlos Roberto Gonçalves (2013, p. 214) aponta que podem ser corpóreos ou incorpóreos, fazendo ainda, ressalva de que a alienação destes é, a rigor da técnica, chamada de cessão.

Casos de contrato de cessão que possuem um tratamento legal diferenciado são no Código Civil a cessão de crédito (art., 286 a 298) e cessão de direitos hereditários (arts. 1793 e seguintes).

Quando há exceção dos casos específicos de cessão, a alienação de bens imateriais possui o mesmo tratamento jurídico que a compra e venda.

A consensualidade, na disposição do art. 482 do Código Civil, é o acordo de vontades entre as partes em relação a preço e objeto.

A onerosidade está no fato de ambas as partes responderem a um sacrifício em contrapartida a um proveito.

Por fim, a comutatividade está presente quando as partes, de imediato, sabem a medida do conteúdo das prestações recíprocas.

Tais elementos estão presentes na compra de Bitcoins.

Coisa, segundo Carlos Roberto Gonçalves, atende três requisitos: existência, individualização e disponibilidade.

O Bitcoin é existente, individualizável e por fim, é disponível.

Pode-se concluir então, que o negócio jurídico da aquisição de Bitcoins com pagamento em dinheiro é caracterizado como contrato de compra e venda.

6. TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES REALIZADAS COM BITCOINS

6.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Quando se diz em tributação de operações com bitcoins, deve-se ter em mente duas questões. Primeiro, ausência de regulamentação específica. Segundo a semelhança entre duas situações, para evitar aplicação discriminatória da lei tributária e ferir assim o princípio da

isonomia tributária, aplicando a lei uma situação, mas deixando-a de aplicar em outra situação semelhante.

6.2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA

A Constituição da República impõe limites ao poder de tributar, ou seja, parâmetros que o Estado deve respeitar em relação ao patrimônio particular.

Segundo Delmo de Abreu:

“Estado é a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo em determinado território”

São quatro os elementos que compõe o Estado: Território, Povo, Finalidade e Soberania e cabe ressaltar, uma das facetas deste poder é o de tributar.

Ressaltando a essencialidade do poder de tributar para o Estado, surge a questão do que seria o poder de tributar.

O poder de tributar, assim como qualquer poder conferido ao Estado, deve sofrer limitações para a proteção dos próprios mandatários.

A ideia de que o poder estatal vem do povo, é uma construção antiga, que se atribui a Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, responsáveis pela construção da teoria do Contrato Social.

No atual Estado contemporâneo, não existe poder de tributar desacompanhado de limitações constitucionais.

O princípio da legalidade tributária é corolário do princípio da legalidade, previsto no art. 5º, II, da CF, e de forma específica em matéria tributária, encontra-se no art. 150, I, que é peremptório ao definir postulado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

De tal forma, o Estado não pode exigir ou aumentar tributo sem respaldo legal.

Sobre o princípio da legalidade tributária, pode o Estado cobrar tributo em operação com Bitcoin que esteja prevista em lei como hipótese de incidência.

O Bitcoin por não possuir previsão legal, em sua posse, não pode ser tributado. Contudo, negócios que são realizados com Bitcoin, que possua embasamento legal, podem ser objeto de tributação.

O que não pode acontecer é usar de uma situação atípica, porém semelhante a outra tributável, e aplicar a analogia para justificar a incidência da norma tributária. Tal comportamento, fere o princípio da legalidade tributária, como afronta disposição expressa do art. 108, §1º do Código Tributário Nacional 4, que veda a aplicação de analogia para a exigência de tributo não previsto em lei.

“Art. 108, §1º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei”.

Concluindo, desde que o negócio efetuado com o Bitcoin, seja previsto em lei como tributável, a consequente tributação jamais ferirá o princípio da legalidade.

7. ICMS EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM BITCOINS

7.1 ICMS EM AQUISIÇÕES DE BENS ENQUANTO MERCADORIAS COM BITCOINS

Foi já dada a premissa de que a operação de aquisição de bens com Bitcoin consiste num contrato de permuta, dada a natureza de bem imaterial da moeda virtual. De tal modo, a aquisição de Bitcoin com dinheiro revela-se num contrato de compra e venda.

ICMS é um imposto de competência estadual e sua origem remete ao antigo IVC – Imposto de Vendas e Consignações. Após a reforma tributária da Emenda Constitucional nº 18/65, teve a ampliação do seu conteúdo e a mudança de nomenclatura para ICM – Imposto sobre circulação de Mercadorias.

Com a Constituição de 1988, o ICMS se ampliou ainda mais, abrangendo hoje, circulação de mercadoria e a prestação de serviços interestadual e intermunicipal de transporte e de comunicação.

O conceito de mercadoria pode ser entendido segundo a definição de Eduardo Sabbag, segundo a qual “mercadoria são bens imóveis que podem ser comercializados, devendo haver intuito de lucro com a movimentação jurídica do bem”. (2015, p. 1149).

Analisando todos os elementos componentes do fato gerador do ICMS, pode-se concluir que na permuta, onde se adquire determinado produto de estabelecimento comercial que aceita a fazer a transação em troca de Bitcoins, há a incidência de ICMS.

Presentes todos os elementos geradores do ICMS, há incidência do tributo.

Cabe ressaltar, que como exemplo de um estabelecimento que efetue uma venda, como forma de pagamento, o Bitcoin, é em dinheiro que se deve pagar o tributo. Isto por disposição expressa do art. 162 do Código Tributário Nacional:

“Art. 162. O pagamento é efetuado:

I – em moeda corrente, cheque ou vale postal;

II – nos casos previstos em lei, em estampilha, em papel selado, ou por processo mecânico”.

Conclui-se que o pagamento do tributo, à exceção da possibilidade do art. 156, XI do Código Tributário Nacional, deve ser pago em dinheiro. Assim, exclui-se qualquer possibilidade de pagamento com Bitcoins. Devendo ser recolhido o valor respectivo da venda em moeda corrente.

7.2 ICMS EM AQUISIÇÃO DE BITCOINS COM DINHEIRO

A outra operação mais realizada com Bitcoins é a aquisição da própria moeda virtual com dinheiro. Tal operação, reflete um contrato de compra e venda, posto que se adquire o Bitcoin com pagamento em dinheiro.

Das duas possibilidades de compras ressaltadas neste artigo, o negócio jurídico é de compra e venda.

Quando dois particulares realizam um contrato civil de compra e venda, não há caráter mercantil, não havendo possibilidade de se defender a cobrança de ICMS neste caso.

Destaca-se que a razão da não incidência de ICMS na aquisição de Bitcoins encontra-se na falta de mercancia da operação e não no aspecto imaterial do bem.

Assim, a (imaterialidade do Bitcoin não é o problema que impede a incidência de ICMS na compra e venda da moeda virtual, mas a própria operação, que consiste em particulares transacionando através de uma plataforma oferecida por terceiro, mormente, a corretora.

Desta forma, na situação onde uma pessoa compra Bitcoins de outra, conclui-se que não incide ICMS.

O lucro que o vendedor obtém na venda de Bitcoin pode ser tributado sobre outra espécie, o Imposto de Renda. E é com base nesta situação que será feita a próxima análise.

8. IMPOSTO DE RENDA EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM BITCOINS

A situação na qual determinada pessoa compra Bitcoin, deixa a moeda virtual valorizar, posteriormente a venda a terceiro, obtendo um acréscimo patrimonial com a operação, é tributada a título de imposto de renda por ganho de capital.

O imposto de Renda é previsto no art. 153, III da Constituição da República nos artigos 43 ao 45 do Código Tributário Nacional.

O art. 43 e incisos do Código Tributário Nacional separa renda de proventos, mas no próprio §1º destaca que a denominação dada à origem do acréscimo patrimonial não é determinante para a incidência tributária:

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001).

Com base no dispositivo acima, a doutrina (SABBAG, 2015) usualmente classifica a renda em três tipos:

- I) Renda de trabalho – que são os salários, honorários;
- II) Renda de capital – recebimento de aplicações financeiras, aluguel, royalties, etc;
- III) Renda de combinação de capital de trabalho – como pró-labore e lucro.

Os demais acréscimos patrimoniais não entendidos como renda, são classificados como proventos.

Disponibilidade econômica consiste na faculdade de usar, gozar e dispor do valor, enquanto a disponibilidade econômica significa o direito de crédito do sujeito em relação ao valor.

O Imposto de Renda sobre o ganho de capital incide na venda superavitária de bem ou imóvel adquirido a um menor custo.

De tal forma, se o contribuinte compra Bitcoins a um preço (custo de aquisição) e vende por um valor maior (valor de alienação), obtendo um acréscimo patrimonial com a operação, encontra-se sob o âmbito de incidência do Imposto de Renda sobre o ganho de capital.

Cabe ressaltar ainda, que mesmo que as operações realizadas com Bitcoin fossem ilegais, os seus rendimentos seriam tributados.

No caso em que o ganho de capital na venda do Bitcoin seja menor que R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), há isenção de Imposto de Renda por ganho de capital. Sendo maior, incide normalmente o tributo.

Destaca-se que a simples valorização dos Bitcoins, mesmo que acima de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), não faz incidir o tributo. Ainda, tributar a propriedade de bitcoin sem previsão legal seria uma afronta ao princípio da legalidade tributária.

Apesar da propriedade de Bitcoin não ser tributada, o proprietário deve declarar à Receita Federal se possuir acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) equivalentes em moeda virtual. Dispondo o art. 25, §1º, inciso II da Lei 9.250 de 26 de Dezembro de 1995:

Art. 25. Como parte integrante da declaração de rendimentos, a pessoa física apresentará relação pormenorizada dos bens imóveis e móveis e direitos que, no País ou no exterior, constituam o seu patrimônio e o de seus dependentes, em 31 de dezembro do ano-calendário, bem como os bens e direitos adquiridos e alienados no mesmo ano.

§ 1º Devem ser declarados:

I - os bens imóveis, os veículos automotores, as embarcações e as aeronaves, independentemente do valor de aquisição;

II - os demais bens móveis, tais como antigüidades, obras de arte, objetos de uso pessoal e utensílios, adquiridos a partir do ano-calendário de 1996, cujo valor de aquisição unitário seja igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - os saldos de aplicações financeiras e de conta corrente bancária cujo valor individual, em 31 de dezembro do ano-calendário, exceda a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

IV - os investimentos em participações societárias, em ações negociadas ou não em bolsa de valores e em ouro, ativo-financeiro, adquiridos a partir do ano-calendário de 1996, cujo valor de aquisição unitário seja igual ou superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 2º Os bens serão declarados discriminadamente pelos valores de aquisição em Reais, constantes dos respectivos instrumentos de transferência de propriedade ou da nota fiscal.

§ 3º Os bens existentes no exterior devem ser declarados pelos valores de aquisição constantes dos respectivos instrumentos de transferência de propriedade, segundo a moeda do país em que estiverem situados, convertidos em Reais pela cotação cambial de venda do dia da transmissão da propriedade.

§4º Os depósitos mantidos em instituições financeiras no exterior devem ser relacionados na declaração de bens, a partir do ano-calendário de 1999, pelo valor do saldo desses depósitos em moeda estrangeira convertido em reais pela cotação cambial de compra em 31 de dezembro, sendo isento o acréscimo patrimonial decorrente da variação cambial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 5º Na declaração de bens e direitos, também deverão ser consignados os ônus reais e obrigações da pessoa física e de seus dependentes, em 31 de dezembro do ano-calendário, cujo valor seja superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 6º O disposto nos incisos II e IV do § 1º poderá ser observado na declaração de bens referente ao ano-calendário de 1995, com relação aos bens móveis e aos investimentos adquiridos anteriormente a 1996.

Resumindo, a incidência de Imposto de Renda em operações realizadas com Bitcoin incide na forma de ganho de capital, que só é isento de recolhimento se a diferença entre o valor da alienação e o custo de aquisição for menor que R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). De toda forma, a propriedade de mais de R\$5.000 (cinco mil reais) em Bitcoin deve ser declarada à Receita Federal.

9. DIREITO COMPARADO

Observar como as diferentes jurisdições ao redor do mundo trata juridicamente o Bitcoin fornece uma boa perspectiva das tendências globais quanto à regulação da moeda virtual. Apesar de legislações diferentes, pode-se observar que as linhas de posicionamento se assemelham entre si e sobretudo com as teses defendidas neste trabalho.

A nível global também há carência de legislação específica sobre moeda virtual e sua tributação. Porém, a maioria dos países já se posicionaram medias seus respectivos órgãos fiscais quanto ao tratamento jurídico da criptomoeda.

9.1 CANADÁ

No Canadá, o órgão máximo em matéria de receita tributária, Canada Revenue Agency (CRA), se posicionou através de comunicado oficial informando que a aquisição de

bens com Bitcoin não exime o estabelecimento comercial de pagar o Goods and Services Tax (GST), e o Harmonized Sales Tax (HST) – os principais impostos indiretos no Canadá, que recaem sobre o consumo (CANADA REVENUE AGENCY, 2013).

9.2 CHINA

Em posicionamento oficial, o Banco Popular da China, proibiu instituições financeiras de operarem qualquer forma com Bitcoins. Assim, bancos ou corretoras não podem comprar, vender, intermediar ou realizar qualquer operação com a moeda virtual. A negociação de Bitcoins entre particulares, todavia, é permitida. (BLOOMBERG, 2013).

Pode-se observar com a decisão da China, que o país quer evitar que o Bitcoin influencie na dinâmica do mercado financeiro Chinês, que diferente do mercado da moeda virtual, é rigorosamente regulamentado.

9.3 UNIÃO EUROPEIA

O tribunal de justiça da união Europeia, órgão jurisdicional máximo do bloco político-econômico, se posicionou acerca do tema, utilizando como argumento de que o Bitcoin seria uma moeda digital não regulamentada, que para fins tributários seria equivalente às moedas nacionais. Como as moedas não são tratadas como meros bens, o Bitcoin não poderia ser tratado como tal.

9.4 HOLANDA

A Holanda possui regulamentação específica para o uso de moedas eletrônicas. O Ministério de Finanças da Holanda se manifestou no mesmo sentido destacando que moeda eletrônica é a representação eletrônica de uma mesma quantia em moeda nacional. /9THE LAW LIBRARY OF CONGRESS, 2014).

9.5 NOVA ZELÂNDIA

O Reserve Bank Of New Zeland, banco central da Nova Zelândia, se posicionou afirmando que somente esta instituição possui autorização legal para a emissão de moedas.

No mesmo comunicado, classificou o Bitcoin como meio de pagamento, podendo qualquer instituição não financeira operar com a moeda virtual, com uma peculiar condição: desde que não haja circulação física de Bitcoin, em formato de notas ou moedas metálicas.

9.6 ESTADOS UNIDOS

O Internal Revenue Service (IRS) publicou algumas diretrizes acerca do tratamento tributário da moeda virtual. O IRS classificou o Bitcoin como propriedade para fins tributários e descartou qualquer equiparação da moeda virtual a moeda nacional ou estrangeira (INTERNAL REVENUE SERVICE, 2014).

Com base em tais premissas, o IRS conclui que todo ganho de capital no patrimônio contribuinte ocorrido através de operações com Bitcoin é tributado à título de Income Tax – imposto direto que incide sobre o acréscimo patrimonial.

10. INSTRUÇÃO NORMATIVA 1888 e 1889 DE 2019 DA RECEITA FEDERAL E DA CNAE 6619/99 DADA PELO IBGE

A lei 1888/19 trata da obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações com cripto ativos à secretaria especial da Receita Federal do Brasil.

Nela está a previsão de que não será mais necessário informar o número da carteira digital dos clientes - wallet. De acordo com esta instrução, a entrega de informações relativas a esse conteúdo será obrigatória apenas na hipótese de recebimento de intimação efetuada no curso de procedimento fiscal.

Sabe-se que existe um extenso número de carteiras digitais que fazem o armazenamento das criptomoedas.

Foi estipulado também por meio desta, no caso de investidores domiciliados no exterior, a exigência de informações sobre o domicílio fiscal, endereço e número de identificação fiscal.

De acordo com a norma, em relação aos titulares da operação, devem constar as seguintes informações: nome da pessoa física ou jurídica; endereço; domicílio fiscal; CPF ou CNPJ; número de identificação fiscal no exterior quando houver e outras informações cadastrais.

Segue a Instrução Normativa ° 1888/2019:

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 1888, DE 03 DE MAIO DE 2019 (Publicado(a) no DOU de 07/05/2019, seção 1, página 14.

Institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 113 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, no art. 16 da Lei n° 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 57 da Medida Provisória n° 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º As informações a que se refere o art. 1º deverão ser prestadas com a utilização do sistema Coleta Nacional, disponibilizado por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da RFB, em leiaute a ser definido em Ato Declaratório Executivo (ADE) da Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes), a ser publicado no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de publicação desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A Copes deverá também editar e divulgar o manual de orientação do sistema Coleta Nacional no prazo a que se refere o caput.

Art. 3º O conjunto de informações enviado de forma eletrônica deverá ser assinado digitalmente mediante o uso de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), sempre que for exigido no portal e-CAC da RFB. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB n° 1899, de 10 de julho de 2019)

Art. 4º Para os efeitos desta Instrução Normativa e para fins de conversão de valores em Reais, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido:

I - em dólar dos Estados Unidos da América; e

II - em moeda nacional.

Parágrafo único. A conversão de que trata o caput será feita pela cotação do dólar dos Estados Unidos da América fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil (BCB) para a data da operação ou saldo, extraída do boletim de fechamento PTAX divulgado pelo BCB.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - criptoativo: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal; e

II - exchange de criptoativo: a pessoa jurídica, ainda que não financeira, que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, inclusive outros criptoativos.

Parágrafo único. Incluem-se no conceito de intermediação de operações realizadas com criptoativos, a disponibilização de ambientes para a realização das operações de compra e venda de criptoativo realizadas entre os próprios usuários de seus serviços.

CAPÍTULO III

DA OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

art. 6º Fica obrigada à prestação das informações a que se refere o art. 1º:

I - a exchange de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil;

II - a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil quando:

a) as operações forem realizadas em exchange domiciliada no exterior; ou

b) as operações não forem realizadas em exchange.

§ 1º No caso previsto no inciso II do caput, as informações deverão ser prestadas sempre que o valor mensal das operações, isolado ou conjuntamente, ultrapassar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 2º A obrigatoriedade de prestar informações aplica-se à pessoa física ou jurídica que realizar quaisquer das operações com criptoativos relacionadas a seguir:

I - compra e venda;

II - permuta;

III - doação;

IV - transferência de criptoativo para a exchange;

V - retirada de criptoativo da exchange;

VI - cessão temporária (aluguel);

VII - *dação em pagamento;*

VIII - *emissão; e*

IX - *outras operações que impliquem em transferência de criptoativos.*

CAPÍTULO IV

DAS INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES COM CRIPTOATIVOS

Art. 7º Deverão ser informados para cada operação:

I - nos casos previstos no inciso I e na alínea “b” do inciso II do caput do art. 6º:

a) a data da operação;

b) o tipo da operação, conforme o § 2º do art. 6º;

c) os titulares da operação;

d) os criptoativos usados na operação;

e) a quantidade de criptoativos negociados, em unidades, até a décima casa decimal;

f) o valor da operação, em reais, excluídas as taxas de serviço cobradas para a execução da operação, quando houver;

g) o valor das taxas de serviços cobradas para a execução da operação, em reais, quando houver; e

II - no caso previsto na alínea “a” do inciso II do art. 6º:

a) a identificação da exchange;

b) a data da operação;

c) o tipo de operação, conforme o § 2º do art. 6º;

d) os criptoativos usados na operação;

e) a quantidade de criptoativos negociados, em unidades, até a décima casa decimal;

f) o valor da operação, em reais, excluídas as taxas de serviço cobradas para a execução da operação, quando houver;

g) o valor das taxas de serviços cobradas para a execução da operação, em reais, quando houver; e

§ 1º Em relação aos titulares da operação, devem constar das informações a que se refere este artigo: (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

I - o nome da pessoa física ou jurídica; (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

II - o endereço; (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

III - o domicílio fiscal; (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

IV - o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso, ou o Número de Identificação Fiscal (NIF) no exterior, quando houver, no caso de residentes ou domiciliados no exterior; e (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

V - as demais informações cadastrais. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

§ 2º Caso os titulares das operações sejam residentes ou domiciliados no Brasil, a prestação da informação relativa ao número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, é obrigatória a partir da data da entrega do primeiro conjunto de informações, prevista no § 1º do art. 8º. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

§ 3º Caso os titulares das operações sejam residentes ou domiciliados no exterior, a prestação das informações relativas ao país do domicílio fiscal, endereço e NIF no exterior é obrigatória a partir da entrega de informações a ser efetuada em janeiro de 2020, referentes às operações realizadas em dezembro de 2019. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

§ 4º A entrega das informações relativas ao endereço da wallet de remessa e de recebimento, se houver, é obrigatória apenas na hipótese de recebimento de intimação efetuada no curso de procedimento fiscal. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019)

CAPÍTULO V

DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 8º As informações deverão ser transmitidas à RFB mensalmente até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia útil do:

I - mês-calendário subsequente àquele em que ocorreu o conjunto de operações realizadas com criptoativos, quanto às obrigações previstas no art. 7º;

II - mês de janeiro do ano-calendário subsequente, quanto à obrigação prevista no art. 9º.

§ 1º O primeiro conjunto de informações a ser entregue em setembro de 2019 será referente às operações realizadas em agosto de 2019.

§ 2º A transmissão das informações não dispensa o declarante da obrigação de guardar os documentos e manter os sistemas de onde elas foram extraídas.

Art. 9º A exchange de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil a que se refere o inciso I do caput do art. 6º deverá prestar também, relativamente a cada usuário de seus serviços, as seguintes informações relativas a 31 de dezembro de cada ano:

I - o saldo de moedas fiduciárias, em reais;

II - o saldo de cada espécie de criptoativos, em unidade dos respectivos criptoativos; e

III - o custo, em reais, de obtenção de cada espécie de criptoativo, declarado pelo usuário de seus serviços, se houver.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão ser incluídas no conjunto de informações prestadas nos termos do art. 7º.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 10. A pessoa física ou jurídica que deixar de prestar as informações a que estiver obrigada, nos termos do art. 6º, ou que prestá-las fora dos prazos fixados no art. 8º, ou que omitir informações ou prestar informações inexatas, incompletas ou incorretas, ficará sujeita às seguintes multas, conforme o caso:

I - pela prestação extemporânea:

a) R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês ou fração de mês, se o declarante for pessoa jurídica em início de atividade, imune ou isenta, optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que na última declaração apresentada tenha apurado o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) com base no lucro presumido;

b) R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês ou fração de mês, se o declarante for pessoa jurídica não incluída na alínea “a”; ou

c) R\$ 100,00 (cem reais) por mês ou fração, se pessoa física;

II - pela prestação com informações inexatas, incompletas ou incorretas ou com omissão de informação:

a) 3% (três por cento) do valor da operação a que se refere a informação omitida, inexata, incorreta ou incompleta, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), se o declarante for pessoa jurídica; ou

b) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do valor da operação a que se refere a informação omitida, inexata, incorreta ou incompleta, se o declarante for pessoa física; e

III - pelo não cumprimento à intimação da RFB para cumprir obrigação acessória ou para prestar esclarecimentos nos prazos estipulados pela autoridade fiscal, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês-calendário;

§ 1º A multa prevista na alínea “a” do inciso II do caput será reduzida em 70% (setenta por cento) se o declarante for pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional.

§ 2º A multa prevista na alínea “b” do inciso I do caput será aplicada também, em caso de apresentação das informações fora do prazo previsto no art. 8º, à pessoa jurídica que na última declaração tenha utilizado mais de uma forma de apuração do lucro ou tenha realizado operação de reorganização societária.

§ 3º A multa prevista no inciso I do caput será reduzida à metade nos casos em que a obrigação acessória for cumprida antes de qualquer procedimento de ofício.

Art. 11. Sem prejuízo da aplicação da multa prevista no inciso II do caput do art. 10, poderá ser formalizada comunicação ao Ministério Público Federal, quando houver indícios da ocorrência dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

CAPÍTULO VII

DA RETIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 12. Caso a pessoa física ou jurídica constate que as informações prestadas contêm erros, inexatidões ou omissões, poderá corrigi-los ou supri-las, conforme o caso, mediante apresentação de retificação, observado o disposto nos arts. 2º e 3º.

Parágrafo único. Não incidirá multa relativamente aos erros, inexatidões e omissões a que se refere o caput, desde que sejam corrigidos ou supridas antes de iniciado qualquer procedimento de ofício.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 1º de agosto de 2019.

Cabe ressaltar que tal Instrução Normativa, trouxe tanto para o investidor Brasileiro, como para as Exchanges (consideradas como casas de câmbio das Criptomoedas), atribuições sobre seus direitos e obrigações, protegendo e dando autonomia para que ambos tomem as decisões certas.

É justo também, que não se dê total autonomia para ambos, pois pode fugir o controle do Estado sobre as ações que os mesmos exercem para a sociedade, e ainda, sobre proteção do

Estado, reserva-se uma garantia para ambos, caso algo aconteça para que ambos possam usufruir e brigar pelos seus direitos no meio judiciário.

O Brasil está evoluindo progressivamente trazendo instruções normativas sobre o mercado de Criptoativos, já que o mesmo nos últimos anos, tem sido alvo de grande procura em sites de pesquisa, assim como alvo de grandes movimentações financeiras, gerando autonomia e novos investidores para o país, pois logo quando surge o lucro com as operações com as Criptomoedas, cria-se autonomia para investimento no próprio país, como compra de veículos, imóveis, investimentos internos no próprio país, investimentos em novos negócios, gerando empregos e assim, grande movimento financeiro para o Brasil.

11. CONCLUSÃO

Pode-se observar que a ausência de legislação específica relacionada à tributação de operações relacionadas ao Bitcoin não impede a aplicação da lei tributária no Brasil e também em vários países do mundo.

A aplicação da lei tributária deve ser feita sempre em consonância com o princípio da legalidade tributária, evitando a criação de hipótese de incidência tributária não respaldada na lei.

Deve-se observar o princípio da isonomia tributária, para que não seja aplicada a lei tributária de forma diferente a dois contribuintes que praticam fator gerador semelhante.

O principal objetivo deste trabalho foi entender as repercussões e causas jurídicas que o Bitcoin causa no Brasil e no mundo.

Em primeiro momento, foi feita a sistemática da moeda virtual e realizou-se um apanhado histórico para verificar como a moeda surgiu das primeiras commodities e foi evoluindo com o desenvolvimento tecnológico até o surgimento da moeda virtual.

Foi demonstrada como esta criptomoeda alcançou o Brasil e o mundo, para poder analisar de forma objetiva as implicações jurídicas da moeda virtual.

Por conta de sua natureza de bem, a aquisição de outros bens com o uso de bitcoin consiste em um contrato de permuta. Já a aquisição de Bitcoin com dinheiro revela-se em um contrato de compra e venda.

Sempre que for analisar aspectos tributários referentes à moeda virtual, deve-se observar os postulados da legalidade tributária e isonomia tributária. São estes os principais vetores que norteiam qualquer análise referente ao tema.

Por fim, observa-se que as jurisdições estrangeiras tendem a adotar posicionamento que foi defendido neste Artigo, A incidência de imposto indireto sobre a aquisição de mercadorias com Bitcoin e de imposto sobre o ganho de capital em acréscimo patrimonial obtido em operação com a moeda virtual.

Observou-se também que existem posicionamentos diferenciando moeda virtual de moeda eletrônica, que possui legislação própria, e também de moeda corrente, que geralmente é prevista em lei.

Devido a escassez de trabalho doutrinário referente ao tema, buscou por meio deste trabalho oferecer uma visão geral e pontuar algumas questões mais usuais atinentes à matéria.

O maior objetivo deste Artigo foi de tentar oferecer diretrizes quanto à análise jurídico-tributária da moeda virtual.

Ressalto ainda, que o Bitcoin e as Criptomoedas originadas ao longo do tempo, devem ser tratadas com grande responsabilidade, uma vez que as mesmas possuem autonomia suficiente, para gerar a nova economia mundial, e ainda, trazer autonomia sobre o poder das moedas para o usuário da mesma. Sabe-se que atualmente e no futuro que não está tão distante, o mundo será totalmente digital e os grandes players já estão se preocupando em colocar nos seus negócios, possibilidade de compra e venda com Criptoativos, estão usando a tecnologia por meio destas para melhorar as transações financeiras mundiais, os governos já possuem grandes alocações na moeda. As Criptomoedas estão serão o futuro para os seus usuários, pois vai trazer para o indivíduo poder e autonomia, tirando a autonomia dos Estados, que deve ser de grande preocupação para tais. Os países que autorizarem o uso da mesma irá gerar um avanço financeiro, assim como, um grande desenvolvimento para a sua população, pois irá desenvolver por meio destas Criptos grandes tecnologias, investimentos de todo o mundo, alocação de capital para o país, geração de empregos em massa e além de tudo, uma revolução no seu país.

Para o Brasil, os Criptoativos são considerados como um bem móvel incorpóreo que pode ser utilizado na troca de bens e serviços. Não deve ser considerado como um título de crédito eletrônico, pois não possui os seus requisitos de criação e circulação (arts. 887 a 926

CC/2002). Muito menos como moeda, pois a moeda, em cada jurisdição, é definida por força de lei, sendo de prerrogativa exclusiva da União.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao poder de tributar, 7 Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CAMPOS, Gabriela. Bitcoin: Consequências Jurídicas do Desenvolvimento da Moeda Virtual. Revista Brasileira de Direito. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/769/950>> Acesso em: 11/11/2019.

ROCHA, Michele. Análise Jurídica dos Bitcoins e seu Reflexo no Contexto Jurídico Brasileiro. Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiate. Disponível em: <http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano6_vol1_2017_artigo02.pdf> Acesso em: 11/11/2019.

WILSON, Matheus. Bitcoin. Uma análise jurídica dessa moeda virtual. Jusbrasil. Disponível em: <<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/147062295/bitcoin-uma-analise-juridica-dessa-moeda-virtual>> Acesso em: 11/11/2019.

DALLARI, Wei. Manifesto de Wei Dai sobre a moeda virtual. 1998: Disponível em: <<http://www.weidai.com/bmoney.txt>>. Acesso em: 15 de Junho 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do estado, São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 2: Teoria Geral das Obrigações, 9 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – vol.1 – Teoria Geral do Direito Civil, 29 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

MELO, José Eduardo Soares. ICMS- Teoria e Prática, 10 ed., São Paulo: Dialética, 2008.

MELO, João Paulo Fanucchi de Almeida. Princípio da Capacidade Contributiva: a sua aplicação nos casos concretos, São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Direito Constitucional Interpretado, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 31 ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

SABBAG, Luis Eduardo. Direito Tributário, 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

ULRICH, Fernando. Bitcoin: a moeda na era digital. São Paulo: Instituto Von Mises Brasil, 2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 1888 e 1889 DE 2019 DA RECEITA FEDERAL E DA CNAE 6619/99 DADA PELO IBGE, disponível em: <